

APRESENTAÇÃO

Sob a persistente conjuntura de crise econômica que parece não ter fim, e de ataques sucessivos aos direitos do povo trabalhador, a Sociedade Brasileira de Economia Política realizou na cidade de Vitória (ES), entre os dias 4 e 7 de junho de 2019, o XXIV Encontro Nacional de Economia Política, sob o tema “O Brasil nas disputas geopolíticas e econômicas mundiais”. Como de praxe, na Apresentação da edição subsequente, publicamos o documento aprovado na Assembleia Geral da Sociedade, realizada no dia 6 de junho:

Carta de Vitória

No momento em que a Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP) realiza o seu XXIV ENEP, os/as trabalhadores/as brasileiros/as se organizam para enfrentar um conjunto de ataques a seus direitos e à democracia orquestrados pelo governo Bolsonaro. A agenda neoliberal ganha novos contornos e sobe a um patamar no qual a supressão de direitos se torna insuportável: depois da EC 95/2016 do teto dos gastos e da reforma trabalhista de 2017, agora a classe trabalhadora enfrenta uma proposta de reforma previdenciária que, entre tantas maldades, pretende prolongar o tempo de contribuição, reduzir os valores dos benefícios e, no limite, inviabilizar o regime de repartição, substituindo-o pela capitalização individual. Ao mesmo tempo, a educação enfrenta novos cortes orçamentários que inviabilizarão a universidade pública tal como a conhecemos: gratuita, de qualidade e que passa por um importante processo de inclusão social. Simultaneamente, o presidente Bolsonaro e o Ministro da Educação lançam-se em uma cruzada difamatória con-

tra os/as professores/as, estudantes e técnicos/as administrativos/as, que revela seu total desconhecimento sobre a realidade da universidade pública brasileira. Além disso, valem-se de métodos análogos aos utilizados pelo fascismo para coibir a liberdade de pensamento, de debate e de expressão nas instituições de ensino do país. Como se não bastasse esse conjunto de políticas que visa desmontar o pacto social embutido na Constituição de 1988, o governo ainda se esforça em conduzir uma política de segurança que, ao fim, resultará no extermínio da população pobre – e principalmente preta – por meio da ampliação do porte de armas e do chamado pacote anticrime, evidenciando-se absoluta permissividade com as milícias e outros crimes praticados por poderosos grupos empresariais.

No âmbito geopolítico, tema deste XXIV ENEP, o cenário também é pouco promissor. Na política externa, o governo se alinha automática e submissamente aos interesses estadunidenses, ignorando um olhar latino-americano que, até recentemente, norteava nossas relações exteriores. Numa exaltação ao anti-cientificismo, que perpassa não só o Itamaraty mas também diversas outras áreas estratégicas como direitos humanos, educação, reforma agrária e meio ambiente, impõe-se uma série de retrocessos. Na área ambiental, por exemplo, desmantelam-se os parques avanços obtidos nos últimos anos: na política de liberalização de agrotóxicos, na revisão das áreas de reserva e preservação, na leniência com o desmatamento, na demarcação de terras indígenas e quilombolas, e na criminalização dos movimentos sociais que atuam na luta pela terra.

Neste contexto, nem as estatísticas oficiais se salvam: o Censo Demográfico de 2020, por exemplo, corre risco de descontinuidade em várias de suas temáticas, sob pena de perda de informações cruciais para o conhecimento da realidade socioeconômica que subsidia os diagnósticos e a formulação das políticas públicas no Brasil.

Nessas circunstâncias, uma saída conciliatória está absolutamente fora de questão. A luta de classes se acirra e as contradições do modelo econômico se exacerbam de tal modo que a saída, para a classe trabalhadora, passa necessariamente pela resistência nas ruas.

A SEP, com longa tradição na construção de uma abordagem crítica ao capitalismo e ao neoliberalismo, contribui indiscutivelmente para a formulação dos diagnósticos que suportam e inspiram alternativas para a construção de um modelo econômico e social mais generoso. No entanto, a conjuntura requer um enfrentamento para o qual as contribuições teóricas já não são, por si sós, suficientes. A construção da greve geral do dia 14 de junho é a tarefa primordial deste momento. Professores/as e estudantes devem se unir ao conjunto da classe trabalhadora de forma firme, ativa e decisiva contra este governo de retrocessos históricos, recuperando as velhas insígnias que tem inspirado os movimentos sociais: em defesa da educação, contra a reforma da previdência, nenhum direito a menos!

Sociedade Brasileira de Economia Política

Vitória/ES, 06 de junho de 2019

Como se sabe, a Revista da SEP não possui por praxe publicar dossiês temáticos – prática comum em diversos outros periódicos científicos –, mas calhou de recebermos grande fluxo de artigos com temas correlatos nos últimos meses. O resultado materializa-se neste número 53, com uma unidade temática atípica, embora encerrando também visões e abordagens heterogêneas. Como se verá, os grandes problemas abordados são desenvolvimentismo, neoliberalismo e dependência – tendo particularmente grande peso o debate em torno da teoria marxista da dependência.

A seção de artigos é aberta com o texto “Imperialismo, dependência, burguesia e democracia no novo-desenvolvimentismo”, de Vitor Schincariol e José Paulo Guedes. Neste artigo, os autores debatem (e criticam) a abordagem novo desenvolvimentista de Luiz Carlos Bresser-Pereira à luz das categorias de imperialismo, dependência, burguesia e democracia. Na sequência, no artigo “Subimperialismo Brasileiro? Subimperialismo Sul-Africano? O retrospecto do comércio externo automotivo contra a hipótese de Ruy Mauro Marini”, Rodrigo Luiz Medeiros da Silva dialoga com a obra de Marini, apontando elementos dos setores automotivos brasileiro e sul-africano que se chocariam com a perspectiva de Marini.

Os dois artigos seguintes também têm a obra de Marini e a teoria marxista da dependência como objeto, mas agora na forma de um debate. Em

“Renovar la teoría de la dependencia sin teoría del capitalismo dependiente: notas críticas a la propuesta de Claudio Katz”, o cientista social mexicano Jaime Osorio dá continuidade a uma polêmica inaugurada há alguns meses com o economista argentino Claudio Katz, posicionando-se contrariamente ao que seria uma proposta de renovar a teoria da dependência a partir do abandono das categorias superexploração do trabalho e intercâmbio desigual. Como sempre buscamos fazer em casos como esse, o Comitê Editorial da revista ofereceu a Katz espaço para uma réplica, que pode ser lida em “Actualización o veneración de la teoría de la dependencia”, quarto artigo da presente edição.

No quinto artigo, continua em debate a teoria marxista da dependência, agora com o artigo “Padrão de reprodução do capital como parte de uma proposta teórico-metodológica marxista: construção de uma categoria de mediação analítica”, de José Raimundo Barreto Trindade, Gilberto da Silva Marques e Wendell da Costa Magalhães, no qual se busca trabalhar a categoria padrão de reprodução do capital (categoria esta que fora especialmente desenvolvida precisamente por Jaime Osorio em uma série de trabalhos).

A seção de artigos é finalizada com o trabalho que mais se distancia desta temática, embora se insira no mesmo campo de debate e chegue mesmo a abordá-lo. Trata-se do artigo de Eduardo

Sá Barreto, intitulado “Restauração neoliberal e o esgotamento histórico de formas consagradas de resistência”, que busca discutir os limites do desenvolvimentismo, sobretudo na quadra histórica atual.

Finalmente, na seção de resenhas, publicamos as considerações de Edson Mendes Nunes Junior a respeito do livro “Che Guevara e o debate econômico em Cuba”.

Este número marca ainda a última edição sob responsabilidade deste Comitê Editorial, que, desde agosto de 2016, tem sido ocupado por Viçtor Leonardo de Araújo, Hugo F. Corrêa e Tiago Camarinha Lopes. Registramos aqui nossos agradecimentos às diferentes diretorias da instituição que nos confiaram este grande – e, apesar de tudo, prazeroso – trabalho e esperamos ter conseguido estimular o debate e o pensamento crítico. A partir do próximo número, a edição fica a cargo de Henrique Braga, Daniel Sampaio e Adriano Teixeira.

A presente edição da Revista da SEP contou com o apoio financeiro da Coordenação para Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da UFES, como subproduto do XXIV Encontro Nacional de Economia Política.